Cód. barras: STJ00094741 (2013)

Sumário

Prefácio xi

Apresentação xv

1 Conhecimento, erro e dúvida: o conceito de dúvida sobre a proibição 1

2 Plano da investigação e contexto de surgimento do presente estudo: o estado atual da teoria do erro de proibição, especialmente na doutrina brasileira 7

3 Introdução ao problema: a consciência "eventual" do injusto e a tese da incompatibilidade entre dúvida e erro 17

I – Consequências dogmáticas e político-criminais da tese da incompatibilidade: a sobrevida do *error iuris nocet* 25

4 A terminologia: dúvida sobre a proibição ao invés de consciência eventual do injusto 31

5 O enquadramento jurídico da dúvida sobre a proibição como problema conceitual: a necessária distinção entre *problema conceitual* e *problema da evitabilidade* 35

I – A clareza das ordens emitidas: o argumento de Binding 41

II – A dúvida sobre a proibição como problema autônomo e o chamado critério do atuar nos limites da dúvida 46

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6 Dúvida sobre a proibição como consciência do injusto 55

I – *Tese histórica*: a consciência eventual do injusto é produto de uma analogia indevida à dogmática do dolo 56

II – As construções da doutrina dominante 57

1 As soluções volitivas e emocionais (Engisch e Armin Kaufmann) 59

2 As soluções cognitivas (teorias da possibilidade, da probabilidade e do levar a sério) e suas soluções de exculpação 66

3 A teoria da competência e a fórmula da evitabilidade hipotética (Jakobs, Timpe, Lesch, Manso Porto) 79

III – Razões dogmáticas gerais para o abandono *da doutrina dominante* 87

1 O sentido da separação entre injusto e culpabilidade 88

2 A confusão entre o problema conceitual e o problema da evitabilidade: a duplicação da dúvida 94

IV – A doutrina dominante e a prova da insustentabilidade de seu conceito restritivo de erro de proibição: uma crítica em quatro exemplos 98

1 O erro sobre a validade da lei penal 100

2 O erro de proibição indireto e o exemplo privilegiado do caso do "rei felino" (BGHSt 35, p. 347 e ss.) 103

3 Decisões de praticar o fato ocasionadas ou reforçadas por informação jurídica "equivocada" (consulta ao advogado e informações obtidas de órgãos oficiais) 105

4 O erro de proibição provocado por jurisprudência contraditória, claudicante ou inexistente 117

7 Dúvida sobre a proibição como erro de proibição 121

I – A teoria das normas e o modelo de cidadão prudente da doutrina dominante: a indevida extensão fática das proibições penais 124

II – Teoria do Estado, princípio da legalidade e erro de proibição: resgate do argumento de *Binding* 127

III – Correção e necessidade político-criminal do tratamento da dúvida como erro de proibição 130

1 Premiação do indiferente, prejuízo ao autor zeloso juridicamente: um *argumento a contrario* 133

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

IV – Argumento dogmático adicional: a comparação com a obediência hierárquica e o conceito de ordem *manifestamente* ilegal 134

V – Um antecedente histórico da tese 136

8 Diretrizes para a avaliação da evitabilidade da dúvida sobre a proibição: o chamado dever de informação 143

I – O padrão comparativo do juízo de evitabilidade: a consciência segura do injusto 144

II – O dever instrumental de informação como critério reitor 144

III – A avaliação da evitabilidade da dúvida apresenta critérios adicionais, inexistentes nos casos de completa falta da consciência do injusto? 146

1 Relevância dos interesses do autor na prática de sua conduta? 149

2 Relevância da gravidade dos danos causados pela conduta em dúvida sobre a proibição? 151

IV – Os contornos do dever de informação 152

1 Plausibilidade jurídica da dúvida como indicador de inevitabilidade 152

2 O atuar nos limites da dúvida 154

3 Dever possível e eficaz de informação 155

V – Necessidade preventiva de pena nos casos de atuação em dúvida sobre a proibição? 160

9 Vantagens epistêmicas da solução apresentada: a *simplicidade* e *coerência* como critérios de escolha entre teorias 163

10 Resolução dos casos propostos 167

11 Resumo das conclusões da investigação 177

Bibliografia 181

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br